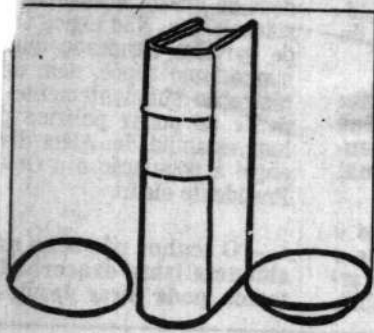


Arcebispo pede fiscalização

ANC 88
 Pasta 20 a 30
 Jan/87
 077

sobre a Constituinte

Foto de Luiz Abreu



— Esses tempos alguém fez comigo uma brincadeira, dizendo que hoje em dia praticamente todos os brasileiros andam de relógio no pulso e um relógio até muito bom. Mas nem por isso todos os brasileiros ficaram mais pontuais — compara Dom Cláudio.

E, brincadeiras à parte, conforme acrescenta, a Constituinte precisa ser encarada com muita seriedade. Dom Cláudio prega uma dupla atenção: dos homens eleitos para elaborá-la e da sociedade:

— Dar delegação a um homem para nos representar na confecção da lei máxima do País implica exigir e fiscalizar o exercício dessa procuração. Nós não podemos ficar de braços cruzados, dizendo que elegemos os constituintes e, agora, eles que façam o que bem entendam.

Quando aos parlamentares, o Arcebispo afirma que devem dar satisfação à medida que vão avançando nos diferentes sentidos, para que o povo possa julgar se estão enveredando por caminhos certos ou errados e, assim, indicar outros, quando necessário. Quanto à Constituição em si, Dom Cláudio também prefere não entrar em detalhes; mas, em linhas gerais, não perde a oportunidade de reclamar que solucione aquelas que considera questões fundamentais para o País. Basicamente, segundo o Arcebispo, a Constituinte deve garantir a liberdade e a autonomia da pessoa humana.

Ao lado disso, Dom Cláudio coloca como básico para a nova Constituição "o respeito à dignidade humana" que, na sua opinião, se dá através da liberdade de ensino e de religião e de uma situação econômica com "mais justiça e equânime distribuição de riqueza para diminuir,



Dom Cláudio Colling não espera grandes resultados da Constituinte

por exemplo, os dois extremos de enormes propriedades ao lado de imensas misérias".

O Arcebispo ressalta que embora não saiba avaliar muita coisa, de uma pelo menos tem certeza: "É impossível que um País como o Brasil não tenha condições de, lentamente, se tornar auto-suficiente em alimentação". Por fim, Dom Cláudio também tenta ensaiar uma formulação geral de como o País deve tratar o problema da violência. Nessa questão o Arcebispo demonstra um pouco de pessimismo. E comenta que "violência sempre gera violência".

Uma das suas primeiras advertências é de que medidas impositivas, coercitivas, punitivas e policiais em excesso não conduzem a nada. Ele diz que sua advertência é válida tanto para o Estado como para a Igreja e a sociedade que, na sua opinião, têm, igualmente, um papel a cum-

prir no combate à violência. Ao Estado, segundo Dom Cláudio, cabe proporcionar as condições para que "todo mundo possa viver livremente", através até mesmo de medidas policiais e coercitivas. O problema, na sua opinião, é saber até onde ir: o que constitui abuso de autoridade, o que significa exigência de respeito à liberdade. Além de medidas puramente punitivas e policiais, o Estado deve, segundo o religioso, favorecer sob todos os aspectos o que é formação e educação do indivíduo.

A Igreja, o Arcebispo atribui sobretudo o papel de influir na educação. E à sociedade diz que caberia aceitar e colocar em prática as tentativas do Estado de acabar com a violência. Porém, a principal advertência de Dom Cláudio é a de que se trata de uma busca de solução que sempre implica começar de novo.

PORTO ALEGRE — O Arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, está "um pouco pessimista" em relação aos resultados da Constituinte. Mas, mesmo assim, não deixa de pregar uma atenta fiscalização de toda a sociedade sobre a elaboração da nova Constituição. E também alerta que ela deve, fundamentalmente, incluir o respeito à dignidade humana, para ele traduzida na liberdade de ensino e religião e por uma situação econômica em que todos tenham o seu pão de cada dia. Afinal, conforme o Arcebispo, a Constituinte é uma grande esperança de todos os brasileiros.

Com sua tradicional cautela ao abordar principalmente assuntos que dizem respeito à vida econômica, política e social do País, Dom Cláudio evita uma avaliação mais profunda da questão. Seu argumento: "Sou um mau avaliador, certas coisas eu não entendo". Limita-se a comentar que, no seu "modo modesto de ver", até está "um pouco pessimista", porque acha que não é pelas simples modificações de uma Constituição que se vão alterar as situações econômicas e sociais.

Deputado vai representar o empresariado

PORTO ALEGRE — Luís Roberto Andrade Ponte, novo Deputado em votação entre os 17 que o PMDB elegeu no Rio Grande do Sul, é um estreante na política, apesar de já há algum tempo estar vinculado com o Governo pela construção de obras públicas. Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, foi apoiado por lideranças empresariais gaúchas. Sua campanha recebeu colaboração financeira expressiva deste setor tanto em dinheiro quanto em prédios para comitês, veículos e pessoas para trabalhar.

Embora tivesse pouco tempo de PMDB, Andrade Ponte fortaleceu-se politicamente por causa das dezenas de obras públicas que sua empresa realizou para o Estado e conseguiu, com dobradinhas com candidatos de diversos segmentos, uma votação que, se não foi expressiva, foi suficiente para elegê-lo com tranquilidade.

O apoio dos empresários durante a campanha será retribuído agora na defesa dos interesses deles na Constituinte. Os cinco pontos básicos da proposta que Andrade Ponte levará mostram bem a sua vinculação com o grupo que o elegeu:

1) A organização econômica do País será orientada pela economia de mercado, preservando a livre-iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. O Estado deve restringir sua atuação apenas aos segmentos que a iniciativa privada não tem interesse ou condições de atuar como também os que são de interesse nacional.

2) Preservação da democracia pluralista com um regime democrático que garanta a independência e igualdade entre os Poderes. Inclusão de instrumentos que assegurem um controle do Estado pela sociedade, para que ele realmente esteja a serviço dela, evitando o controle dos cidadãos.

3) Criar instrumentos para que o Estado possa erradicar do País a pobreza absoluta, priorizando investimentos na educação, habitação e saneamento, alimentação e saúde, possibilitando que todos os brasileiros tenham acesso.

4) Mudança do perfil da contribuição fiscal para que os que mais consomem, mais contribuam com impostos. Dentro da Reforma Tributária, além da redistribuição dos recursos, inclui a descentralização de competências, aumentando o poder dos Estados e municípios.

5) Reformulação da Justiça, propiciando segurança e justiça a todos os cidadãos. A Justiça no País é hoje muito deficiente, tardia e lemorada.